



CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 19.560.837/0001-13 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

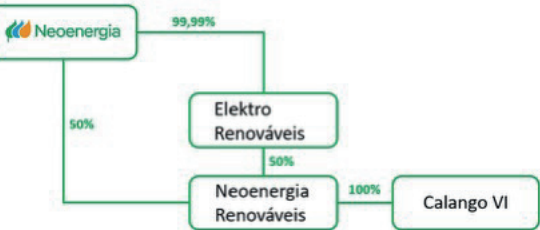
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2025, a Calango 6 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2026, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. CALANGO 6

A Companhia Calango 6 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Anel, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN). A empresa Calango 6 é controladora direta dos parques eólicos Santana 1 e Santana 2. Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Calango 6 era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Calango 6 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18/11/2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, pelo prazo de 35 anos. O Parque Eólico formado por 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCER, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036. Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios. No ano de 2025, o Parque Eólico Calango 6 esteve em operação comercial e durante esse período gerou 124.004 MWh, estando sua operação sob coordenação do ONS – Operação Nacional do Sistema Elétrico.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	57.924	145.611	12.865
Contas a receber de clientes e outros	9	13.024	13.405	4.761
Instrumentos financeiros derivativos			7	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		879	314	594
Outros tributos a recuperar		254	-	61
Dividendos a receber	10	-	-	5.748
Outros ativos circulantes		485	1.664	324
Total do circulante		72.566	161.001	24.353
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários		2.460	2.197	877
Instrumentos financeiros derivativos			7	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		915	2.608	915
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	31.703	28.009	31.703
Investimentos em controladas	10	-	-	252.535
Direito de uso		1.973	2.152	1.973
Imobilizado	11	394.291	402.125	146.260
Intangível		3.283	1.225	983
Total do não circulante		434.424	438.823	435.246
Total do ativo		507.190	599.824	459.599
		507.190	599.824	459.599
Passivo				
Circulante				
Fornecedores e contas a pagar	12	5.249	3.846	2.200
Fornecedores e financiamentos	13	33.195	31.533	33.195
Passivo de arrendamento		490	490	490
Instrumentos financeiros derivativos		4	-	-
Tributos sobre o lucro a recolher		586	318	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		618	647	332
Provisões e outras obrigações	14	61.971	51.033	27.808
Dividendos e juros sobre capital próprio	15.2	18.515	98.949	18.515
Outros passivos circulantes		657	563	246
Total do circulante		121.285	187.379	82.790
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	157.446	184.964	157.446
Passivo de arrendamento		2.207	2.207	2.207
Provisões e outras obrigações	14	14.320	11.124	5.260
Outros passivos não circulantes		46	54	10
Total do não circulante		174.019	198.443	164.923
Total do passivo		295.304	385.822	247.713
		295.304	385.822	247.713

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado e controladora	Notas	Reservas de Lucros		Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva para investimento	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
		Reserva legal	Reserva distribuídos					
Saldos em 31 de dezembro de 2024		30.001	163.145	9	5.403	1.030	14.414	214.002
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.413	-	16.413
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	15.2	-	-	-	-	-	(14.414)	(14.414)
Outros resultados abrangentes	15.4	-	-	(12)	-	-	-	(12)
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros	15.5	-	-	-	821	(821)	-	-
Remuneração aos acionistas	15.2	-	-	-	-	(15.592)	11.489	(4.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		30.001	163.145	(3)	5.403	1.851	11.489	211.886
Saldos em 31 de dezembro de 2023		30.001	163.145	-	5.403	40.867	52.934	292.350
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.592	-	20.592
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	15.2	-	-	-	-	(40.867)	(52.934)	(93.801)
Outros resultados abrangentes	15.4	-	-	9	-	-	-	9
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros	15.5	-	-	-	1.030	(1.030)	-	-
Remuneração aos acionistas	15.2	-	-	-	-	(19.562)	14.414	(5.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		30.001	163.145	9	5.403	1.030	14.414	214.002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calango 6 Energia Renovável S.A. ("Calango 6" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis S.A. (50%). A Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Anel, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN). A Calango 6 é controladora direta das companhias e parques eólicos Santana 1 e Santana 2 (conjuntamente com a Calango 6, o "Grupo"). A Companhia recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18 de novembro de 2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico foi formado por 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCER, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036. Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade, estado	Capacidade instalada (MW)	Energia Assegurada (TWh/méd)	Data da Instalação	Data da Concessão	Data de Vencimento
Santana 1	Bodó - RN	17,0	11,1	14/11/2014	13/11/2014	
Santana 2	Lagoa Nova - RN	24,0	15,1	14/11/2014	13/11/2014	

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2025 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado e controladora negativo de R\$ 48.719 e R\$ 58.437, respectivamente (R\$ 26.378 no consolidado e R\$ 35.133 na controladora, em 31 de dezembro de 2024). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado e controladora negativo a médio prazo. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de Riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Riscos Financeiros e Mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcances da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: "Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Real) por meio de operações de hedge"; "O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor"; "Instrumentos não-divididos com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial"; "Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural à inflação de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações"; "A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' ou 'alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Divulgações, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação%
Receita Operacional Bruta	28.889	29.423	(1,8)
Receita Operacional Líquida	25.170	26.482	(4,9)
Lucro Operacional	31.967	36.735	(12,9)
EBITDA	39.600	43.446	(8,8)
Resultado Financeiro	(9.242)	(8.321)	5,0
Lucro Líquido	16.413	20.592	(20,2)
Margem Operacional (%)	127,00%	138,72%	(11,7)
Margem EBITDA (%)	157,33%	164,06%	(6,7)
Margem Líquida (%)	65,21%	77,6%	(12,5)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/25	dez/24	Variação%
Ativo Total	459.599	559.932	(17,9)
Dívida Bruta	190.641	216.497	(11,9)
Dívida Líquida ⁽²⁾	176.899	109.111	62,1
Patrimônio Líquido	211.886	214.002	(0,9)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/25	dez/24	Variação%
Dívida Líquida/EBITDA ⁽³⁾	4,47	2,51	77,8

⁽³⁾ EBITDA dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	Controladora	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.413	20.592
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(18)	14
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	6	(5)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(12)	9
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(12)	9
Resultado abrangente do exercício	16.401	20.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	Controladora	
	2025	2024
Receita operacional líquida	3	75.734
Custos dos serviços	(45.811)	(39.888)
Custos com energia elétrica	4	(10.662)
Custos de operação	5	(35.149)
Lucro bruto	29.923	36.343
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.119)
Equivalência Patrimonial	10	-
Lucro operacional	28.804	34.959
Resultado financeiro	6	(12.370)
Receitas financeiras	8.624	15.609
Despesas financeiras	(21.208)	(27.917)
Outros resultados financeiros, líquidos	214	281
Lucro antes dos tributos	16.434	22.932
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(21)
Corrente	(3.709)	(4.518)
Diferida	3.688	2.178
Lucro líquido do exercício	16.413	20.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	16.413	20.592	(4.179)	(20,2)
Receitas financeiras (B)	3.372	6.870	(3.498)	(50,9)
Despesas financeiras (C)	(22.805)	(25.455)	2.650	(10,4)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	191	264	(73)	(27,6)
Imposto de renda (E)	3.688	2.178	1.510	69,3
Depreciação e Amortização (F)	(7.633)	(6.711)	(922)	13,7
EBITDA = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)	39.600	43.446	(3.846)	(8,8)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENVIDAVIMENTO

A Companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES com amortização linear e debêntures de infraestrutura.

2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	97.002	
						Principal	Juros
48.242	37.257	34.550	34.625	35.643	9.320	87.682	
14.845	12.721	11.107	9.511	7.695			
33.397	24.536	23.443	25.114	27.948			

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), firmado em 30/12/2021 e prazo de 60 meses. Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 17.246 referentes à auditoria das demonstrações financeiras, dos quais R\$ 13.414 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 3.832 referem-se a relatório de asseguração limitada.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Calango 6 Energia Renovável S.A. ("Calango 6"), visando indicar a situação geral e o andamento dos

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referidos e este relatório tem caráter informativo. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou no G4 da vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fornecimento de energia	79,272	79,464	27,953	28,705
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	2,501	1,825	959	715
Recita operacional bruta	82,023	81,288	28,899	29,423
PIS e Cofins	(5,928)	(4,708)	(3,590)	(2,818)
Encargos setoriais ⁽¹⁾	(561)	(346)	(129)	(123)
Recita operacional, líquida	75,734	76,233	25,170	26,482

(1) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE). **3.7 Política contábil material e julgamento crítico: a) Política contábil material:** A receita é reconhecida quando o contrato de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de licitação pública e negociação entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). **b) Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, pela perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Compra para revenda				
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(3,030)	(2,112)	(965)	(705)
Outros	(50)	(49)	(19)	(19)
Subtotal	(3,080)	(2,161)	(984)	(724)
Créditos PIS e COFINS	9	19	9	19
Total	(3,071)	(2,142)	(975)	(705)

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(5,731)	(5,498)	(2,049)	(1,945)
Encargos de conexão	(2,196)	(2,100)	(784)	(750)
Subtotal	(7,927)	(7,598)	(2,833)	(2,715)
Créditos de PIS e COFINS	336	267	336	267
Total	(7,591)	(7,331)	(2,497)	(2,448)
Total dos custos com energia elétrica	(10,662)	(9,473)	(3,472)	(3,153)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado			
	2025		2024	
	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Custos de operação
Pessoal e benefícios a empregados	(1,050)	(622)	(1,672)	(497)
Serviços de terceiros	(11,873)	(211)	(10,684)	(10,659)
Depreciação e amortização	(20,566)	(20,566)	(18,192)	(18,192)
Provisão para processos judiciais	(50)	(50)	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	(1,660)	(236)	(1,896)	(1,457)
Total	(35,149)	(1,119)	(36,268)	(30,415)

	Controladora			
	2025		2024	
	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Custos de operação
Pessoal e benefícios a empregados	(560)	(221)	(581)	(172)
Serviços de terceiros	(3,777)	(111)	(3,988)	(83)
Depreciação e amortização	(7,633)	(7,633)	(6,711)	(6,711)
Outras receitas e despesas, líquidas	(536)	(85)	(621)	(249)
Total	(12,306)	(417)	(12,923)	(10,543)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	8,794	8,794	3,548	3,548
(1) Tributos sobre receita financeira	(174)	(348)	(174)	(348)
Outras receitas financeiras	4	8	7	7
Total	8.624	15.609	3.372	6.870

Despesas Financeiras

Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(23,259)	(22,889)	(23,259)	(22,889)
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	2,051	(5,028)	454	(2,566)
Total	(21.208)	(27.917)	(22.805)	(25.455)

Outros resultados financeiros, líquidos

Outras variações monetárias, líquidas	214	281	191	264
Total	214	281	191	264
(12.370)	(12.027)	(19.242)	(18.321)	

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (PCN e TJLP) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e são calculados com base na alíquota de 15% e 12,5%, respectivamente. (2) Inclui juros sobre passivo de arrendamento, ICF entre outros. Em 2025 ocorreu a reavaliação da atualização de desmantelamento, no valor de R\$ 3.620 no Consolidado e R\$ 1.284 na Controladora, conforme nota 14.2

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Total	16.434	22.932	12.725	18.414
(5.588)	(7.797)	(4.327)	(6.261)	

Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:

Resultado de participações societárias	5,368	5,370	7,817	8,352
Diferença de presunção de base do lucro presumido	199	87	199	87
Outras ações (reversões)	(21)	(2,340)	(3,688)	(2,178)
Tributos sobre o lucro	0,13%	10,20%	(28,981%)	(11,831%)
Ativação efetiva				
Corrente	(3,709)	(4,518)	-	-
Diferido	3,688	2,178	3,688	2,178

7.2 Tributos diferidos ativos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	20.332	20.246

Diferenças temporárias:

Provisões para desmantelamento, ressarcimento e fornecedores	11,190	7,619
Perdas estimadas de créditos - a receber	1	1
Arrendamentos capitalizados	164	126
Outros	75	28,007
Total	31.703	28.007

Ativo não circulante 31,703 28,007

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.009	28.009
Efeitos reconhecidos no resultado	3,688	3,688
Efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	31.703	31.703
Saldos em 31 de dezembro de 2023	25.835	25.835
Efeitos reconhecidos no resultado	2,178	2,178
Efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.009	28.009

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos está apresentada como segue:

	Consolidado e Controladora				
	2027	2028	2029	Entre 2030 e 2034	Entre 2035 e 2039
Ativo fiscal diferido	1.500	2.757	3.600	16.236	7.610
Total	1.500	2.757	3.600	16.236	7.610

7.3 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômico, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, que representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	5,106	4,683	1,815	1,801
Outros depósitos bancários	75	659	75	659
Fundos de investimento	52,743	140,269	10,975	104,143
Total	57,924	145,611	12,865	106,603

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimento exclusivos do Grupo Neoenenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Carteira				
Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	49,953	140,269	10,335	104,143
CDB	2,790	-	640	-
Total	52,743	140,269	10,975	104,143

Os fundos de investimento exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração e outros ativos. As operações de investimento, como opas de custódia, auditoria e outras despesas, excluindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado			
	2025		2024	
	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas
Fornecimento de energia	12,473	(11)	12,462	(11)
Terceiros	11,423	(11)	11,412	(12,504)
Partes relacionadas	1,050	-	1,050	398
Comercialização de energia na CCEE	562	(562)	501	(501)
Total	13,035	(11)	13,024	(11)

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

	2025		2024	
	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas
Fornecimento de energia	4,530	(4)	4,526	(4)
Terceiros	4,383	(4)	4,379	(4)
Partes relacionadas	147	-	147	144
Comercialização de energia na CCEE	235	(235)	190	(190)
Total	4,765	(4)	4,716	(4)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2025		2024	
	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas
A vencer	11,896	(11)	12,422	(11)
Saldos vencidos:	577	-	493	-
90 dias	2	-	251	-
entre 91 e 180 dias	82	-	232	-
entre 181 e 360 dias	-	-	10	-
Acima de 361 dias	493	-	-	-
Total	12,473	(11)	12,915	(11)

	2025		2024	
	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas
A vencer	4,301	(4)	4,902	(4)
Saldos vencidos:	229	-	186	-
90 dias	94	-	90	-
entre 91 e 180 dias	2	-	96	-
Acima de 361 dias	133	-	-	-
Total	4,530	(4)	5,088	(4)

9.2 Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: O contas a receber são ativos financeiros mensurados aos custos amortizados (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas creditadas esperadas. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos níveis e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada a essas características, o risco de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. INVESTIMENTOS

10.1 Mutações ocorridas durante o exercício: As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	2025		2024	
	Saldo inicial do exercício	Adições	Saldo inicial do exercício	Adições
Equivalência patrimonial no resultado	262,486	317,797	262,486	317,797
Dividendos declarados	22,992	24,564	22,943	24,564
Resgate de ações	(10,000)	(49,000)	(10,000)	(49,000)
Saldo final do exercício	252,535	262,486	252,535	262,486

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	2025		2024	
	Saldo inicial do exercício	Declarados	Saldo inicial do exercício	Declarados

CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

		Controladora					
		2025			2024		
Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Con-trolada	Acio-nista	Total	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Con-trolada	Acio-nista	Total
Ativo							
Contas a receber e outros (a)							
	147	-	147	140	-	-	140
Dividendos a receber (d)							
	-	5.748	5.748	-	6.141	-	6.141
	147	5.748	5.895	140	6.141	-	6.281
Passivo							
Fornecedores e contas a pagar (b)							
	241	-	241	91	-	-	91
Dividendos a pagar (c)							
	-	18.515	18.515	-	-	98.949	98.949
Outros passivos							
	54	-	54	28	-	23	51
	295	18.515	18.810	119	98.972	99.091	

16.2 Transações com partes relacionadas

		Consolidado	
		2025	2024
Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Subsidiárias da Neoenergia S.A.		
		4.202	2.883
		(3.887)	(2.522)
		(622)	(815)
		(307)	(454)

Resultado do exercício

Receita operacional líquida (a) / (b)		
Custos dos serviços (b)		
Despesas gerais e administrativas		

Resultado do exercício

Receita operacional líquida (a)		
Custos dos serviços (b)		
Despesas com vendas		
Despesas gerais e administrativas		
Resultado financeiro líquido		

16.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 16.1 e 16.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Venci-mento	Ativo/ Passivo)	Resul-tado do exercício
a)	Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro	Contrato de venda de energia elétrica		IPCA	27 anos	2050	383
b)	NC Energia Neoenergia	Compra e venda de energia		N/A	N/A	2025	(281)
c)	Renováveis	Dividendos a pagar		N/A	N/A	2026	(18.515)
d)	Santana 1 e Santana 2	Dividendos a receber		N/A	N/A	2026	5.748

16.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Ativos financeiros	Consolidado					
	2025		2024			
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Caixa e equivalentes de caixa	5.181	-	52.743	5.342	-	140.269
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.460	-	-	2.197
Contas a receber de clientes e outros	13.035	-	13.416	-	-	14
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
	18.216	-	55.203	18.758	14	142.466
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar	5.249	-	3.846	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	190.641	-	216.497	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	4	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	2.697	-	2.791	-	-	-
Outros passivos financeiros	420	-	408	-	-	-
	199.007	4	223.542	-	-	-

CA – Custo amortizado. VJORA - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes. VJR - Valor justo por meio do resultado. **17.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados

ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.8 (análise de sensibilidade). **17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” OU “VJORA”)** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

Ativos financeiros	Consolidado			
	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa	52.743	52.743	140.269	140.269
Títulos e valores mobiliários	2.460	2.460	2.197	2.197
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	14	14
	55.203	55.203	142.480	142.480

Passivos financeiros
Instrumentos financeiros derivativos

	4	4	-	-
	4	4	-	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	190.641	190.560	216.497	216.814

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **17.5 Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6 Métodos e técnicas de avaliação: (i) Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **17.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados

ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência			Valor justo	
	2025	2024	Vencimento (Ano)	2025	2024
Desembolso USD					
Termo	US\$ 10	-	2026	(4)	14
Exposição líquida				(4)	14

17.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025. **- Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. **- Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. **- Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD				(58)	8	16
NDF	Dólar(US\$)	Alta do Dólar	5,5024	58	(8)	(16)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	63,126	2,230	(320)	(645)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e financiamentos							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,46%	(19,511)	(2,515)	(122)	(243)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	9,19%	(179,125)	(20,286)	(2,469)	(4,938)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA			
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor Presidente			
DIRETORES			
Marcelo José Cavalcanti Lopes		Rodolfo Fernandes da Rocha	
CONTADORA			
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3 Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade			

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Calango 6 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.560.837/0001-13, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Calango 6 relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Calango 6 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.
Fabiano Uchoas Ribeiro - **Diretor Presidente**
Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Calango 6 Energia Renovável S.A. Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Calango 6 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Calango 6 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comuni-

car esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *IFRS Accounting Standards*, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles inter-

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 6 de março de 2026

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ
Gabriela rocha werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/27/NEOCAL.ANGO61588435027032026.pdf>
Hash: 17745690019ba381282556437f8e78381a984485d4